

# HISTÓRIA PÚBLICA EM PERSPECTIVA DIALÓGICA: A TRADIÇÃO ANGLÓFONA ENTRE UNITED STATES, UNITED KINGDOM E AUSTRALIA

PUBLIC HISTORY IN DIALOGIC PERSPECTIVE: THE ANGLOPHONE  
TRADITION BETWEEN THE UNITED STATES, THE UNITED KINGDOM, AND  
AUSTRALIA

Ciências Humanas • 12/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/778436279](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/778436279)

Ricardo Américo Barreto de Almeida e Silva<sup>1</sup>

## RESUMO

O artigo examina os sentidos atribuídos à História Pública na tradição anglófona, com foco nos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, a partir de uma perspectiva dialógica inspirada em Bakhtin e Volóchinov. Investiga-se como diferentes autores e instituições formularam concepções diversas do campo, relacionando-as aos contextos históricos, políticos e culturais em que emergiram. O estudo adota metodologia qualitativa, de caráter bibliográfico e interpretativo, analisando enunciados teóricos considerados referenciais na consolidação da Public History entre as décadas de 1970 e 2020. Os resultados indicam que, nos Estados Unidos, prevaleceram inicialmente sentidos ligados à profissionalização do historiador e, posteriormente, à colaboração social e à autoridade compartilhada; no Reino Unido, destacaram-se abordagens voltadas à cultura histórica, às mediações públicas e às disputas de representação; na Austrália, sobressaíram perspectivas centradas no reconhecimento comunitário e na participação social na produção do passado. Conclui-se que a História Pública constitui campo polifônico, plural e em permanente transformação, cujos significados variam conforme as tradições nacionais e as demandas sociais, mantendo como eixo comum a ampliação da circulação pública do conhecimento histórico.

**Palavras-chave:** História Pública; Tradição Anglófona; Dialogismo; Cultura Histórica; Historiografia.

## ABSTRACT

The article examines the meanings attributed to Public History within the Anglophone tradition, focusing on the United States, the United Kingdom, and Australia, from a dialogical perspective inspired by Bakhtin and Voloshinov. It investigates how different authors and institutions formulated diverse conceptions of the field,

relating them to the historical, political, and cultural contexts in which they emerged. The study adopts a qualitative, bibliographic, and interpretative methodology, analyzing theoretical statements regarded as central to the consolidation of Public History between the 1970s and the 2020s. The results indicate that, in the United States, meanings initially linked to the professionalization of historians later shifted toward social collaboration and shared authority; in the United Kingdom, approaches focused on historical culture, public mediation, and representational disputes predominated; in Australia, perspectives centered on community recognition and public participation in the production of the past became prominent. It is concluded that Public History constitutes a polyphonic, plural, and constantly changing field whose meanings vary according to national traditions and social demands, while maintaining as a common axis the expansion of the public circulation of historical knowledge.

**Keywords:** Public History; Anglophone Tradition; Dialogism; Historical Culture; Historiography.

## 1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a História Pública consolidou-se internacionalmente como um campo de reflexão e prática voltado à produção, circulação e apropriação social do conhecimento histórico para além dos limites tradicionais da universidade. O tema ganhou destaque inicial nos Estados Unidos, especialmente a partir da década de 1970, quando a expressão *Public History* passou a designar tanto novas possibilidades profissionais para historiadores quanto formas ampliadas de interação entre pesquisa histórica e sociedade (Kelley, 1978). Posteriormente, o conceito expandiu-se e passou a abranger museus, arquivos, patrimônio cultural, história

oral, mídias audiovisuais, plataformas digitais e projetos colaborativos, assumindo significados diversos em diferentes contextos nacionais.

No campo anglófono, a História Pública desenvolveu-se de maneira heterogênea. Nos Estados Unidos, prevaleceram inicialmente preocupações com a empregabilidade do historiador e com a utilidade social da disciplina, sendo posteriormente incorporadas noções de participação comunitária e autoridade compartilhada (Frisch, 1990). No Reino Unido, o debate aproximou-se da cultura histórica de massa, das mediações midiáticas e das disputas de representação do passado na esfera pública (Jordanova, 2006; De Groot, 2009). Já na Austrália, a História Pública articulou-se às demandas de comunidades locais, ao reconhecimento de memórias subalternizadas e à democratização do acesso ao passado (Hamilton; Ashton, 2003). Essas trajetórias evidenciam que o campo não possui definição única, sendo marcado por múltiplas tradições intelectuais e práticas institucionais.

Apesar da crescente difusão do tema, ainda persistem incertezas conceituais acerca dos sentidos atribuídos à História Pública, especialmente quando observada em perspectiva comparada. Parte da literatura enfatiza sua dimensão profissional; outra privilegia a participação social, a circulação democrática do saber histórico ou os usos públicos do passado. Tal diversidade revela que o conceito é atravessado por disputas discursivas, valores sociais e diferentes compreensões sobre a função do historiador na contemporaneidade. Nesse cenário, surge o seguinte problema de pesquisa: **quais sentidos de História Pública foram construídos na tradição anglófona e de que modo tais sentidos refletem**

## **contextos históricos e ideológicos específicos dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália?**

A relevância desta pesquisa reside na necessidade de compreender genealogicamente um campo que influencia debates acadêmicos e práticas institucionais em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil. Ao examinar os principais enunciados formulados na tradição anglófona, torna-se possível identificar continuidades, rupturas e deslocamentos conceituais que ajudam a interpretar a recepção contemporânea da História Pública em outros contextos nacionais. Em termos teóricos, o estudo contribui para o aprofundamento crítico da noção de História Pública; em termos práticos, auxilia profissionais da área na formulação de projetos voltados ao diálogo entre conhecimento histórico e sociedade.

O trabalho adota como perspectiva analítica o dialogismo de Bakhtin e Volóchinov, entendendo os conceitos como enunciados historicamente situados, produzidos em resposta a demandas sociais específicas e permanentemente abertos à contestação e reformulação. Assim, cada definição de História Pública será compreendida não como verdade estática, mas como parte de uma cadeia discursiva em constante movimento.

Diante disso, o objetivo geral do artigo consiste em analisar os sentidos de História Pública na tradição anglófona, com foco nos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália. Como objetivos específicos, busca-se identificar autores e formulações centrais do campo, relacionar tais concepções aos contextos de sua produção e interpretar, em chave dialógica, as convergências e tensões existentes entre essas tradições nacionais. Desse modo, pretende-se demonstrar que a História Pública constitui um campo plural,

polifônico e em permanente transformação, cuja compreensão exige atenção às vozes sociais que historicamente disputam os significados do passado.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA OU REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1. História Pública: Origens, Consolidação e Pluralidade Conceitual**

A História Pública consolidou-se como campo acadêmico e profissional a partir da década de 1970, especialmente nos Estados Unidos, em resposta às transformações do mercado de trabalho universitário e à ampliação das demandas sociais por usos aplicados do conhecimento histórico. Robert Kelley (1978), em texto frequentemente considerado fundador, definiu a Public History como o emprego de historiadores e do método histórico fora da academia, em governos, empresas, museus, arquivos e meios de comunicação. Tal formulação inicial enfatizava a profissionalização do historiador em espaços não universitários, vinculando o campo à utilidade social da disciplina histórica.

Com o passar das décadas, o conceito ampliou-se significativamente. A História Pública deixou de significar apenas inserção profissional extrauniversitária e passou a incorporar preocupações com participação social, circulação democrática do saber histórico, preservação patrimonial, memória coletiva e comunicação pública do passado. Segundo o National Council on Public History (2007), trata-se de um movimento, metodologia e abordagem voltados ao estudo e à prática colaborativa da História, tornando conhecimentos especializados acessíveis e úteis ao

público. Essa definição evidencia a institucionalização do campo e sua abertura a múltiplas práticas.

Thomas Cauvin (2022) propõe uma síntese contemporânea ao compreender a História Pública como área que une teoria e prática, valoriza evidências tradicionais e não tradicionais, diversifica formatos de apresentação e envolve o público em investigações colaborativas. Tal perspectiva revela a maturidade internacional do campo e sua adaptação às transformações tecnológicas e culturais do século XXI.

Dessa forma, a literatura demonstra que a História Pública não possui sentido único ou estático. Trata-se de campo plural, historicamente mutável, atravessado por debates sobre autoridade, participação, memória e democratização do conhecimento histórico.

## **2.2. A Tradição Anglófona: Estados Unidos, Reino Unido e Austrália**

No espaço anglófono, a História Pública assumiu configurações específicas conforme as tradições nacionais. Nos Estados Unidos, o debate inicial esteve fortemente ligado à profissionalização e à inserção do historiador em instituições públicas e privadas (Kelley, 1978). Posteriormente, autores como Ronald J. Grele (1981) deslocaram o foco para questões políticas e democráticas, perguntando “de quem é o público?” e “de quem é a história?”, evidenciando disputas sobre representação social e inclusão de vozes marginalizadas.

Michael Frisch (1990), também no contexto norte-americano, tornou central a noção de “autoridade compartilhada”, segundo a qual a produção histórica adquire maior significado quando realizada em

diálogo entre historiadores e os sujeitos envolvidos nas narrativas. Tal formulação influenciou profundamente museus, projetos de história oral e iniciativas colaborativas em diferentes países.

No Reino Unido, a História Pública aproximou-se intensamente da cultura histórica de massa e das mediações midiáticas. Jerome de Groot (2009) define o campo como série complexa de negociações e contestações entre a história acadêmica e aqueles interessados no passado na esfera pública. Para o autor, a História é vivida, consumida e praticada, não apenas estudada. Já Ludmilla Jordanova (2006) enfatiza que historiadores atuantes na esfera pública exercem formas de representação dotadas de poder simbólico, pois falam simultaneamente como especialistas e comunicadores para grandes audiências.

Na Austrália, a História Pública desenvolveu-se em estreita relação com demandas comunitárias, patrimônio local e reconhecimento de grupos historicamente marginalizados. Hamilton e Ashton (2003) observam que o campo emergiu da interseção entre história social acadêmica e reivindicações sociais por memória e reconhecimento, valorizando o envolvimento das comunidades na produção de suas próprias histórias. Essa tradição apresenta forte dimensão participativa e democrática.

Assim, embora compartilhem matrizes comuns, Estados Unidos, Reino Unido e Austrália desenvolveram sentidos distintos de História Pública, revelando a influência decisiva dos contextos históricos nacionais.

### **2.3. Dialogismo, Discurso e Produção de Sentidos**

Para interpretar essa diversidade conceitual, o presente trabalho adota como referencial teórico o dialogismo formulado por Bakhtin (1988 [1975] e 2011 [1979]) e Volóchinov (2021 [1929-1930]). Segundo essa perspectiva, toda linguagem é socialmente situada e todo enunciado responde a outros enunciados anteriores, projetando novas respostas futuras. Nenhum conceito emerge de forma neutra ou isolada; ele nasce em contextos históricos concretos e carrega disputas valorativas.

Bakhtin (1988 [1975] e 2011 [1979]) compreende os gêneros discursivos como formas relativamente estáveis de enunciação vinculadas às diferentes esferas da atividade humana. Já Volóchinov (2021 [1929-1930]) sustenta que o signo ideológico reflete e refrata a realidade social, sendo sempre atravessado por valores, interesses e conflitos. Aplicada à História Pública, essa abordagem permite compreender definições teóricas não como descrições puramente técnicas, mas como intervenções em debates sobre o papel social da História, a autoridade do historiador e os modos legítimos de representar o passado.

Além disso, a categoria de polifonia possibilita reconhecer que a História Pública reúne vozes diversas: universidades, museus, movimentos sociais, mídias, comunidades locais, arquivos, políticas patrimoniais e públicos digitais. O campo, portanto, configura-se como arena discursiva na qual múltiplos agentes disputam sentidos sobre memória e passado.

Nesse quadro, a tradição anglófona pode ser interpretada como cadeia dialógica internacional, na qual diferentes autores respondem uns aos outros, reelaborando continuamente o significado da História Pública.

## 2.4. Estado da Arte e Lacuna de Pesquisa

A literatura brasileira recente tem ampliado o debate sobre História Pública, com destaque para Almeida e Rovai (2011), Mauad, Almeida e Santhiago (2016), Malerba (2017), Nicolazzi (2019) e Santhiago (2014). Esses estudos discutem a recepção do campo no Brasil, suas interfaces com memória, ensino de História, mídias digitais e democratização do conhecimento histórico.

Entretanto, ainda são relativamente escassos trabalhos dedicados especificamente à reconstrução comparada dos sentidos da História Pública na tradição anglófona sob perspectiva teórico-discursiva. Grande parte da bibliografia brasileira concentra-se na aplicação do conceito ao contexto nacional, sem aprofundar genealogicamente suas matrizes internacionais.

Dessa forma, identifica-se uma lacuna relevante: compreender como diferentes países centrais do universo anglófono construíram concepções diversas de História Pública e como tais formulações influenciam debates contemporâneos em escala global. É nesse espaço interpretativo que se insere a presente pesquisa, buscando oferecer leitura comparada e dialógica do campo.

## 3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como **qualitativa**, de natureza **básica** e objetivo **exploratório-descritivo**, pois busca compreender os sentidos atribuídos à História Pública na tradição anglófona e interpretar como tais significados foram historicamente construídos. Trata-se também de estudo **bibliográfico** e **documental**, fundamentado na análise de obras acadêmicas, artigos científicos,

textos institucionais e produções referenciais do campo da *Public History*.

Do ponto de vista procedimental, adotou-se a **revisão narrativa de literatura com enfoque interpretativo-comparado**, adequada para mapear conceitos, tendências e disputas teóricas em torno do objeto estudado. Foram selecionados autores reconhecidos na consolidação da História Pública nos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália, bem como textos institucionais representativos. Entre os principais referenciais analisados destacam-se Kelley (1978), Grele (1981), Frisch (1990), Rosenzweig e Thelen (1998), Jordanova (2006), De Groot (2009), Hamilton e Ashton (2003), *National Council on Public History* (2007) e Cauvin (2022).

O universo da pesquisa corresponde à produção teórica vinculada à História Pública na tradição anglófona entre as décadas de 1970 e 2020. A amostragem foi **intencional e não probabilística**, composta por textos considerados centrais na literatura especializada, selecionados conforme os seguintes critérios: relevância acadêmica, impacto na consolidação do campo, recorrência em citações posteriores e representatividade nacional no contexto dos países analisados.

Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se levantamento bibliográfico em livros, artigos científicos, capítulos de coletâneas e documentos institucionais previamente disponíveis em bases acadêmicas e no corpus documental reunido para a pesquisa. Após a seleção, os textos foram submetidos à leitura analítica, fichamento temático e organização por eixos interpretativos: profissionalização do historiador, participação pública, autoridade compartilhada,

cultura histórica, memória social e democratização do conhecimento histórico.

A análise dos dados foi realizada por meio da **Análise Dialógica do Discurso**, inspirada em Bakhtin (1988 [1975] e 2011 [1979]) e Volóchinov (2021 [1929-1930]), compreendendo os conceitos como enunciados historicamente situados, produzidos em resposta a contextos sociais específicos. Nessa perspectiva, cada definição de História Pública foi examinada quanto aos seus interlocutores implícitos, valores predominantes, tensões ideológicas e condições de produção. Também se empregou o método **comparativo**, permitindo identificar convergências e divergências entre as tradições dos Estados Unidos, Reino Unido e Austrália.

Os resultados foram sistematizados em categorias analíticas construídas a partir da própria literatura examinada, possibilitando observar deslocamentos conceituais ao longo do tempo e diferenças nacionais no interior do campo anglófono. Dessa maneira, a metodologia adotada oferece suporte adequado para atingir o objetivo proposto e possibilita futura replicação por outros pesquisadores interessados em estudos comparados sobre História Pública.

#### **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES OU ANÁLISE DOS DADOS**

Nos Estados Unidos, a literatura examinada revela que a História Pública emergiu inicialmente vinculada à crise do mercado acadêmico e à busca por novos espaços de atuação para historiadores. Kelley (1978) formulou definição centrada no exercício profissional fora da universidade, destacando governos, empresas, museus e meios de comunicação como áreas legítimas de atuação.

Esse resultado demonstra que o campo norte-americano nasceu fortemente associado à empregabilidade e à aplicação técnica do saber histórico.

Entretanto, os dados mostram mudança significativa nas décadas seguintes. Grele (1981) introduziu problematização política ao questionar quem compõe o “público” e quem possui legitimidade para narrar a História. Posteriormente, Frisch (1990) consolidou a noção de “autoridade compartilhada”, segundo a qual historiadores e comunidades devem construir conjuntamente interpretações do passado. Esses achados indicam que o modelo estadunidense evoluiu de perspectiva profissionalizante para concepção participativa e colaborativa.

Rosenzweig e Thelen (1998), por sua vez, demonstraram que o público já utiliza o passado em sua vida cotidiana, por meio de memórias familiares e comunitárias. Tal resultado relativiza a ideia de que a História Pública começa apenas quando especialistas comunicam saberes ao público. A literatura norte-americana, portanto, deslocou progressivamente o foco do historiador para os usos sociais do passado.

No caso britânico, os resultados apontam centralidade das mediações culturais e midiáticas. Diferentemente do modelo inicial norte-americano, o Reino Unido enfatizou a circulação pública da História em documentários, museus, patrimônio, turismo histórico, literatura e televisão. Jordanova (2006) destaca que historiadores na esfera pública exercem formas de representação com “poderes especiais”, por articularem autoridade acadêmica e alcance massivo de audiências.

De Groot (2009) amplia essa perspectiva ao definir a História Pública como espaço de negociações e contestações entre historiografia acadêmica e públicos interessados no passado. O resultado central da análise britânica indica que o passado é compreendido como experiência vivida, consumida e disputada socialmente. Assim, a História Pública no Reino Unido aproxima-se fortemente da noção de cultura histórica, na qual múltiplos agentes produzem sentidos sobre o passado.

Comparativamente, observa-se que o caso britânico atribui menor centralidade à profissionalização do historiador e maior ênfase às formas pelas quais a sociedade consome, interpreta e performa narrativas históricas.

Na Austrália, os resultados demonstram trajetória marcada pela articulação entre história acadêmica e demandas sociais locais. Hamilton e Ashton (2003) afirmam que a prática da História Pública emergiu da interseção entre história social universitária e reivindicações comunitárias por reconhecimento. Nesse contexto, destacam-se projetos de memória local, patrimônio regional e valorização de grupos historicamente silenciados.

O caso australiano evidencia que a História Pública foi concebida como instrumento democrático de inclusão social. A participação comunitária aparece não apenas como método, mas como fundamento ético e político do campo. Tal achado aproxima a tradição australiana de debates posteriores sobre justiça histórica, memória social e pluralização das narrativas nacionais. Em comparação aos Estados Unidos e Reino Unido, a Austrália apresenta maior ênfase na coprodução comunitária do passado e no reconhecimento de identidades locais e subalternizadas.

A história pública como campo formal emergiu nos EUA em meados dos anos 1970, articulando demandas por profissionalização dos historiadores fora da academia com uma crítica progressista ao elitismo disciplinar. O campo anglófono é marcado pela relação com a história oral, os museus, os arquivos públicos, o audiovisual e, mais recentemente, as humanidades digitais. Robert Kelley (1978) constitui um enunciado inaugural no processo de consolidação discursiva da “Public History” enquanto campo específico de atuação historiográfica.

*Em seu sentido mais simples, a História Pública refere-se ao emprego de historiadores e do método histórico fora da academia: no governo, em empresas privadas, na mídia, em sociedades históricas e museus, e até mesmo na prática privada. Os historiadores públicos estão em ação sempre que, em sua capacidade profissional, fazem parte do processo público. (KELLEY, 1978, pp.16-28, tradução nossa).<sup>2</sup>*

Em perspectiva dialógica, trata-se de uma fala situada historicamente, produzida no contexto norte-americano da década de 1970, momento marcado pela expansão universitária do pós-guerra, pela crise do mercado acadêmico tradicional e pela necessidade de redefinir os espaços profissionais do historiador. O texto responde, portanto, a vozes sociais que questionavam a utilidade pública da formação histórica restrita às universidades, ao mesmo tempo em que antecipa debates posteriores sobre democratização do conhecimento histórico.

No plano da **interação discursiva** (Volóchinov (2021 [1929-1930])), Kelley (1978) constrói seu enunciado em tom explicativo e legitimador. A expressão “In its simplest meaning” revela estratégia retórica de estabilização conceitual: diante de um campo ainda nascente e sem fronteiras plenamente definidas, o autor procura oferecer uma formulação inicial capaz de organizar sentidos dispersos. O enunciado dialoga com discursos institucionais, profissionais e acadêmicos, buscando reconhecimento para uma nova identidade ocupacional: a do historiador que atua fora da universidade. Assim, a definição não apenas descreve uma realidade, mas intervém nela, nomeando práticas e conferindo unidade simbólica a atividades até então fragmentadas.

O texto articula duas **esferas/campos discursivas** (Grilo, 2006) centrais: a acadêmica e a esfera pública. A **cronotopo** (Bakhtin, 1988 [1975] e 2011 [1979]) da universidade aparece como referência implícita do lugar tradicional do historiador, enquanto governo, corporações privadas, mídia, sociedades históricas e museus surgem como territórios alternativos de exercício profissional. Essa oposição espacial produz um deslocamento ideológico relevante: o saber histórico deixa de ser concebido exclusivamente como patrimônio universitário e passa a circular em múltiplas instituições sociais. O tempo histórico também é significativo, pois o texto registra a passagem de um modelo disciplinar fechado para outro mais aplicado, plural e conectado às demandas contemporâneas.

Do ponto de vista **valorização** (Volóchinov (2021 [1929-1930])), Kelley valoriza positivamente a inserção social do historiador. Ao afirmar que os historiadores públicos atuam “whenever ... they are part of the public process”, ele associa legitimidade profissional à participação em processos coletivos de interesse público. O

historiador não é representado como mero pesquisador isolado, mas como agente social capaz de intervir em políticas, memórias institucionais, comunicação social e preservação patrimonial. Há, portanto, uma valoração pragmática do conhecimento histórico, aproximando-o da utilidade social.

Em termos de refração ideológica, o texto expressa a **ideologia oficial** (Bakhtin 2011 [1979] e 2014 [1927] e Volóchinov, (2021 [1929-1930]) **liberal-profissional** característica dos United States nos anos 1970. A noção de empregabilidade, mercado de trabalho e inserção institucional ocupa lugar central. A história aparece menos como crítica epistemológica ou disputa de memória e mais como competência técnica transferível a diferentes setores. Esse viés distingue a formulação fundadora de Kelley (1978) de concepções posteriores, sobretudo latino-americanas e brasileiras, que enfatizaram participação comunitária, justiça social, memória traumática e autoridade compartilhada.

Na perspectiva dialógica, o texto não encerra o conceito de “Public History”, mas inaugura uma cadeia de respostas. Autores posteriores retomam, ampliam ou contestam essa definição, deslocando o foco do emprego de historiadores para temas como coprodução do saber, circulação digital, escuta pública e democratização das narrativas históricas. Assim, o enunciado de Kelley (1978) permanece relevante não por fixar definitivamente o conceito, mas por constituir a primeira voz forte de um diálogo internacional ainda em aberto sobre a função pública da História.

Ronald J. Grele (1981) representa uma inflexão crítica no desenvolvimento discursivo da Public History. Se a formulação inaugural de Robert Kelley (1978) enfatizava os espaços profissionais

do historiador fora da universidade, Grele (1981) desloca o eixo do debate para uma pergunta política fundamental: “Whose public? Whose history?”. Em perspectiva dialógica, esse enunciado responde às concepções tecnocráticas ou meramente ocupacionais da História Pública, interrogando quem define o público, quem fala em nome dele e quais grupos são efetivamente contemplados nas narrativas históricas.

*De quem é o público? De quem é a história? Qual é o objetivo de um historiador público? [...] ajudar as pessoas a escrever, criar e compreender sua própria história. [...] Desde os seus primórdios, o estudo da história tem sido um ato público, embora diferentes historiadores, em diferentes épocas, tenham tido diferentes públicos (GRELE, 1981, pp.40-48, tradução nossa).<sup>3</sup>*

No plano da interação discursiva, o texto inicia por meio de perguntas retóricas, recurso que rompe com definições estabilizadas e convoca o leitor ao debate. Em vez de oferecer imediatamente uma resposta conceitual fechada, Grele (1981) problematiza os pressupostos do campo emergente. A forma interrogativa cria um efeito polifônico: nela ressoam vozes sociais conflitantes — instituições culturais, historiadores profissionais, comunidades locais, movimentos sociais e públicos marginalizados. O enunciado, portanto, não descreve apenas a História Pública; ele encena a disputa por sua legitimidade.

No **cronotopo discursivo** (Bakhtin, 1988 [1975] e 2011 [1979]), o texto situa a História em longa duração ao afirmar que “from its earliest times, the study of history has been a public act”. Essa formulação amplia temporalmente o debate, recusando a ideia de que a História Pública seria uma invenção exclusivamente contemporânea. Ao mesmo tempo, ao reconhecer que “different historians at different times have had different publics”, Grele (1981) historiciza o próprio conceito de público. Não existe um público universal e estável; há públicos múltiplos, mutáveis e condicionados por contextos sociais. O espaço da História deixa de ser apenas museus, arquivos ou universidades e passa a incluir comunidades concretas e arenas de participação social.

Do ponto de vista da **valorização** (Volóchinov (2021 [1929-1930])), o trecho valoriza a autonomia coletiva quando define como objetivo do historiador público “help people write, create, and understand their own history”. O historiador deixa de ocupar exclusivamente a posição de autoridade narrativa e passa a atuar como mediador, facilitador ou colaborador. Há uma crítica implícita à monopolização acadêmica da produção histórica e uma defesa da capacidade dos grupos sociais de narrar a si mesmos. Essa valorização aproxima a proposta de noções posteriores como autoridade compartilhada, história oral participativa e coprodução de memória.

Em termos de refração ideológica, o texto emerge no contexto das transformações políticas e culturais das décadas de 1960 e 1970 nos United States: movimentos civis, feministas, trabalhistas e étnico-raciais ampliaram a crítica às narrativas oficiais. Grele incorpora esse ambiente intelectual ao questionar quem é incluído ou excluído do “público”. A História Pública deixa de ser apenas mercado de

trabalho para historiadores e torna-se **espaço de disputa democrática sobre memória, representação e poder simbólico**.

Na perspectiva dialógica, o enunciado de Grele (1981) introduz maior densidade dialógica ao campo da “Public History”. Ele abre caminho para concepções posteriores centradas na pluralidade de vozes, no protagonismo comunitário e na crítica às hierarquias do saber. Seu texto permanece atual porque insiste em uma questão nunca resolvida definitivamente: toda história pública pressupõe escolhas sobre quem fala, para quem se fala e quem permanece silenciado.

Michael Frisch (1990) representa uma das formulações mais influentes da “Public History” ao deslocar o centro da reflexão do historiador como autoridade exclusiva para a noção de “shared authority”.

*A autoridade compartilhada é a ideia de que o fazer histórico é mais significativo, poderoso e eficaz quando ocorre em conjunto; quando acontece em um diálogo ativo entre pessoas com diferentes tipos de conhecimento histórico — entre o historiador e as pessoas que ele está estudando. (Frisch, 1990, tradução nossa) <sup>4</sup>*

Em perspectiva dialógica, o enunciado responde tanto ao modelo tradicional de historiografia verticalizada quanto às críticas comunitárias formuladas nos anos anteriores, especialmente aquelas que questionavam quem detém o direito de narrar o passado. Frisch (1990) propõe que a produção histórica ganha maior

sentido e potência quando construída em relação cooperativa entre diferentes sujeitos sociais.

No plano da **interação discursiva** (Volóchinov (2021 [1929-1930])), o trecho organiza-se por repetição enfática: “when it happens together, when it happens in an active dialogue”. Essa estrutura reforça semanticamente a centralidade da colaboração e da interlocução. O conceito não surge como mera técnica metodológica, mas como princípio relacional. A palavra “dialogue” indica que o conhecimento histórico não se completa no monólogo acadêmico; ele emerge do encontro entre vozes portadoras de experiências, memórias e saberes distintos. O enunciado incorpora, assim, uma visão polifônica da prática historiográfica.

Quanto ao cronotopo (Bakhtin, 1988 [1975] e 2011 [1979]) o autor situa a produção da história no espaço concreto da interação humana. O arquivo, a universidade ou o livro deixam de ser os únicos lugares legítimos do saber histórico. O foco se desloca para entrevistas, comunidades, encontros, escutas e processos colaborativos, especialmente vinculados à “Oral History” e à História Pública. O “tempo histórico” (Volóchinov, 2021 [1929-1930]) também se reconfigura: o passado não aparece como objeto distante a ser simplesmente recuperado, mas como experiência reinterpretada no presente por meio do diálogo entre memória social e investigação crítica.

Do ponto de vista da valoração ” (Volóchinov, 2021 [1929-1930]), o texto valoriza positivamente a cooperação epistemológica. Termos como “meaningful”, “powerful” e “effective” atribuem densidade ética e prática ao compartilhamento da autoridade. O historiador não perde relevância, mas deixa de ocupar posição soberana. Sua

função passa a incluir escuta qualificada, mediação interpretativa e responsabilidade crítica diante das narrativas alheias. Há, portanto, uma redefinição do prestígio profissional: autoridade não como imposição, mas como construção conjunta.

Em termos de refração ideológica, o texto expressa transformações intelectuais do final do século XX, especialmente debates sobre democratização do conhecimento, valorização da experiência vivida e crítica às hierarquias institucionais nos United States e em outros contextos ocidentais. Influências dos movimentos sociais, da história oral e das correntes interpretativas levaram à contestação do especialista isolado como único guardião da verdade histórica. Frisch (1990) traduz esse ambiente ao propor uma epistemologia participativa.

Na perspectiva dialógica, o conceito de “autoridade compartilhada” radicaliza a dialogicidade da “Public History”. O sentido do passado nasce no entre-lugar das vozes, não em uma consciência única. O historiador e os sujeitos pesquisados tornam-se coautores de uma narrativa sempre provisória e responsiva. Por isso, o texto de Frisch (1990) permanece central: ele não apenas amplia métodos de pesquisa, mas redefine eticamente as relações entre saber, poder e memória na escrita da História. Michael Frisch (1990) ainda sintetiza uma concepção da “Public History” centrada na democratização epistemológica “[A história pública envolve] abordagens ao fazer histórico que privilegiam o **diálogo**, o **processo colaborativo** e a **circulação democrática** do conhecimento histórico; que se recusam a ver a história como propriedade de especialistas credenciados” (Frisch , 1990, tradução nossa) <sup>5</sup>

Em perspectiva dialógica, o enunciado responde diretamente ao paradigma tradicional que tratava a História como domínio reservado a especialistas credenciados e instituições acadêmicas. Ao afirmar que a História Pública privilegia “dialogue”, “collaborative process” e “the democratic circulation of historical knowledge”, Frisch desloca o foco do saber histórico da autoridade monopolizada para a interação social compartilhada.

No plano da interação discursiva (Volóchinov, 2021 [1929-1930]), o trecho é estruturado por verbos e expressões valorativas que indicam escolha normativa. O verbo “privilege” revela preferência consciente por determinados modos de produzir conhecimento, enquanto “refuse” marca posição crítica diante de modelos excludentes. O texto, portanto, não é neutro nem meramente descritivo: ele intervém em uma disputa de sentidos sobre quem pode fazer História e como ela deve circular. O enunciado contrapõe duas vozes sociais: de um lado, a tradição credencialista; de outro, práticas participativas e abertas.

A verdade histórica deixa de ser pronunciamento unilateral e torna-se construção responsiva entre sujeitos portadores de diferentes saberes. O historiador continua relevante, mas inserido em relações dialógicas de escuta, mediação e coautoria. Por isso, o texto permanece central: ele redefine a História Pública como **prática de circulação democrática dos sentidos** sobre o passado, e não apenas como extensão profissional da academia.

Roy Rosenzweig e David Thelen (1998) introduz uma inflexão na “Public History” ao deslocar a atenção do historiador e das instituições para os usos cotidianos do passado pelas pessoas comuns. Rosenzweig e Thelen (1998) constitui uma intervenção

crítica no campo da “Public History” ao afirmar que o passado já está intensamente presente na vida social antes mesmo da mediação escolar ou acadêmica.

*Os americanos usam o passado para dar sentido ao presente. Eles recorrem ao passado como uma forma de lidar com questões profundas sobre como viver suas vidas. [...] A maioria dos americanos já sente uma conexão poderosa com o passado — não o passado histórico como ele costuma ser apresentado nas escolas, mas o passado pessoal, as histórias de suas famílias, suas comunidades. (ROSENZWEIG; THELEN, 1998).<sup>6</sup>*

Em perspectiva dialógica, o enunciado responde à tradição escolar e acadêmica que frequentemente tratava o público como receptor passivo de narrativas históricas. Os autores afirmam o contrário: o público já mantém relações intensas, criativas e afetivas com o passado, utilizando-o para interpretar o presente e orientar a própria vida.

No plano da **interação discursiva** (Volóchinov, 2021 [1929-1930]), a frase “Americans use the past to make sense of the present” possui forte caráter assertivo e sociológico. O sujeito coletivo “Americans” indica uma investigação voltada às práticas sociais concretas, não apenas às teorias historiográficas. O texto incorpora vozes da vida cotidiana, da memória familiar e das comunidades locais, reconhecendo que a experiência histórica não se limita ao espaço

escolar. Há, assim, um reposicionamento do público: ele deixa de ser destinatário e passa a ser agente produtor de sentidos históricos.

No **cronotopo discursivo** (Bakhtin, 1988 [1975] e 2011 [1979]), o trecho articula passado e presente em relação dinâmica. O passado não aparece como tempo encerrado e distante, mas como recurso mobilizado continuamente para enfrentar “profound questions about how to live their lives”. Trata-se de um passado vivido, narrado e reatualizado no presente. O espaço histórico também se desloca: da sala de aula e dos livros didáticos para a família, a vizinhança, a comunidade e as redes de pertencimento. Esses lugares cotidianos tornam-se centrais na construção da consciência histórica.

Do ponto de vista **valorização** (Volóchinov, 2021 [1929-1930]), os autores valorizam positivamente a memória pessoal e comunitária. Ao contrapor “the historical past as it tends to be presented in schools” ao “personal past”, sugerem crítica implícita a formas escolares excessivamente abstratas, distantes ou despersonalizadas de ensino histórico. A conexão afetiva com histórias familiares e comunitárias é apresentada como poderosa e legítima. O conhecimento histórico, portanto, não se esgota na narrativa institucional; ele inclui vínculos emocionais, identitários e existenciais

Quanto a refração ideológica, o texto emerge no contexto de transformações culturais do final do século XX nos United States, marcadas por valorização da memória, genealogia, patrimônio local e identidades plurais. Em uma sociedade altamente mediada e diversa, os autores observam que os indivíduos constroem pertencimento recorrendo ao passado próximo e significativo. O trecho também questiona hierarquias entre história erudita e

memória social, aproximando-se de debates sobre democratização cultural.

O enunciado reflete uma imagem discursiva de um passado que circula por múltiplas vozes e gêneros discursivos: narrativas familiares, lembranças comunitárias, tradições locais, comemorações e relatos pessoais. O sentido histórico nasce do diálogo entre essas vozes e as narrativas oficiais. Assim, “The Presence of the Past” permanece central porque demonstra que a História Pública não começa quando especialistas falam ao público, mas quando se reconhece que o público já vive, interpreta e recria o passado continuamente.

A “*National Council on Public History*”, aprovado pelo seu “*Board of Directors*” em 2007, representa um momento de institucionalização discursiva da “Public History”. Apresentando um enunciado que responde às décadas anteriores de debates conceituais marcados por vozes como Robert Kelley, Ronald J. Grele, Michael Frisch e Roy Rosenzweig. O que antes aparecia como campo emergente e plural passa a receber formulação oficial de uma entidade representativa, buscando síntese e legitimidade pública, afirmando que “A história pública é um movimento, uma metodologia e uma abordagem que promove o estudo e a prática colaborativa da história; seus profissionais abraçam a missão de tornar seus conhecimentos especializados acessíveis e úteis ao público” (*National Council on Public History, 2007*)<sup>7</sup>

No plano da **valoração** (Volóchinov, 2021 [1929-1930]), o texto assume uma entonação normativo e definicional. A estrutura “Public history is...” indica tentativa de estabilizar sentidos em torno de um conceito amplo o suficiente para reunir diferentes práticas. Ao definir a

História Pública como “movement, methodology, and approach”, o enunciado evita restringi-la a profissão, disciplina ou técnica isolada. Trata-se de uma formulação inclusiva, que incorpora múltiplas tradições internas do campo. O discurso institucional procura, assim, harmonizar divergências anteriores sob uma identidade comum.

O trecho valoriza fortemente a acessibilidade e a utilidade social do conhecimento histórico. A expressão “special insights accessible and useful to the public” revela que a expertise profissional não é negada, mas reorientada. O especialista continua possuindo saberes específicos, porém sua legitimidade depende de torná-los compartilháveis e relevantes socialmente. Há, portanto, uma ética do serviço público do conhecimento histórico.

No **cronotopo discursivo** (Bakhtin, 1988 [1975] e 2011 [1979]), a definição situa a História Pública em três dimensões complementares. Como movimento, insere-se no tempo histórico das transformações sociais e acadêmicas; como metodologia, vincula-se às práticas concretas de pesquisa, preservação e interpretação; como abordagem, projeta-se em diferentes espaços institucionais e comunitários. O lugar da História deixa de ser exclusivamente a universidade e se expande para museus, arquivos, escolas, mídias, organizações civis e ambientes digitais. O tempo histórico também aparece como processo contínuo de colaboração entre especialistas e públicos.

Em termos de refração ideológica, o texto expressa o contexto do início do século XXI nos United States, marcado por expansão da cultura participativa, digitalização de acervos, “accountability” institucional e valorização do impacto público da universidade. A definição do “National Council on Public History” traduz esse

ambiente ao **relacionar axio(dia)logicamente** (Santana, 2017 e Bakhtin (2008 [1963]) os signos “**autoridade profissional**” com “**colaboração democrática**”. Diferentemente de formulações puramente críticas, trata-se de um discurso de governança do campo.

Thomas Cauvin (2022) representa uma formulação contemporânea e sistematizada da Public History. Diferentemente das definições inaugurais, centradas em delimitar o campo, Cauvin (2022) apresenta uma síntese, na qual a História Pública surge como área consolidada, internacionalizada e metodologicamente plural.

*A história pública, ou o trabalho histórico para e com o público fora de um ambiente acadêmico, é um campo distinto que une teoria e prática, valoriza evidências tanto tradicionais quanto não tradicionais, busca uma variedade de formatos de apresentação, reformula questões e narrativas históricas e engaja o público em investigações e representações colaborativas. (CAUVIN, 2022, tradução nossa).*

Em perspectiva dialógica, o enunciado recolhe e reorganiza décadas de debates anteriores sobre profissão, participação pública, autoridade compartilhada e usos sociais do passado. No plano da **interação discursiva** (Volóchinov (2021 [1929-1930])), o texto adota tom didático e classificatório, coerente com o gênero discursivo do manual acadêmico. A estrutura enumerativa — “unites theory and practice”, “values both traditional and non-traditional evidence”, “pursues a variety of presentation formats” — organiza o campo por

atributos sucessivos. O enunciado não busca polemizar diretamente, mas sedimentar consensos operacionais. Ainda assim, sob essa aparência descritiva, ressoam debates anteriores sobre a separação entre teoria e prática, a centralidade dos arquivos tradicionais e a autoridade exclusiva dos especialistas.

Na dimensão do **cronotopo discursivo** (Bakhtin, 1988 [1975] e 2011 [1979]) o autor amplia significativamente os espaços legítimos da produção histórica. A História Pública ocorre “for and with the public outside an academic setting”, deslocando-se para museus, arquivos comunitários, mídias digitais, patrimônio cultural, exposições, documentários, projetos colaborativos e ambientes educacionais não formais. O tempo histórico em Cauvin (2022) também é reformulado: o passado não é apenas objeto de pesquisa retrospectiva, mas matéria de representação contínua em formatos diversos e em diálogo com demandas presentes.

Do ponto de vista da **valoração** (Volóchinov (2021 [1929-1930])), o trecho valoriza a pluralidade epistemológica e comunicativa. Ao afirmar que o campo reconhece evidências “traditional and non-traditional”, o texto legitima fontes orais, memórias comunitárias, objetos materiais, cultura visual e registros digitais ao lado de documentos convencionais. Ao destacar múltiplos formatos de apresentação, valoriza-se a comunicação pública da História para além do livro acadêmico, incluindo exposições, podcasts, filmes, websites e experiências interativas. Há clara defesa de uma historiografia mais aberta, acessível e experimental.

Em termos de refração ideológica, o texto expressa o contexto global da década de 2020, marcado por vivências ligadas a digitalização acelerada, interdisciplinaridade, demandas por inclusão social e

revisão crítica de narrativas tradicionais. Volóchinov (2021, [1929-1930]) denomina “ideologia do cotidiano” como todo conjunto de vivências da vida e expressões externas, ou seja, em essência, o conjunto abrangente de experiências vividas na vida cotidiana e as manifestações externas inerentes a essas experiências. Nesse sentido, a busca dos Estadunidenses (e da sociedade contemporânea globalizada) pelas histórias familiares e comunitárias representa a materialização dessa **ideologia do cotidiano** (Bakhtin 2011 [1979], 2014 [1927] e Volóchinov, 2021 [1929-1930]).

Em diferentes países, instituições culturais e universidades passaram a enfatizar impacto público, coprodução de conhecimento e participação cidadã. Cauvin (2022) traduz esse cenário ao definir a Public History como campo que “engages the public in collaborative inquiry and representation”, integrando expertise profissional e participação social.

Em perspectiva dialógica, o enunciado evidencia a natureza polifônica da História Pública contemporânea. Diferentes vozes — acadêmicas, comunitárias, institucionais, digitais e memoriais — entram em contato na produção de narrativas sobre o passado. O historiador deixa de ser narrador único para atuar como pesquisador, curador, mediador e cocriador. Assim, a definição de Thomas Cauvin (2022) é relevante porque apresenta a História Pública não apenas como campo profissional, mas como **ecossistema dialógico que articula teoria, prática, evidência plural e colaboração social**.

Jerome de Groot (2009), da Universidade de Manchester, e o principal teórico britânico da história pública contemporânea, com

ênfase nas relações entre história popular, mídia, entretenimento e cultura histórica de massa. De Groot (2009) oferece uma formulação culturalmente ampliada da “Public History” ao defini-la como uma “série complexa de negociações, intervenções e contestações” entre a história acadêmica e aqueles interessados no passado na esfera pública.

*A história pública pode ser pensada como a complexa série de negociações, intervenções e contestações que ocorrem entre a história acadêmica e aqueles que se interessam pelo passado na esfera pública. [...] A história é algo que é experienciado, consumido, praticado e vivido, em vez de ser meramente estudada. (Groot, 2009) <sup>8</sup>*

No plano da **interação discursiva** (Volóchinov, 2021 [1929-1930]), a escolha lexical como “negotiations”, “interventions” e “contestations” indicam que a relação axio(dia)lógica (Santana, 2017 e Bakhtin (2008 [1963]) entre “academia” e “público” não é harmoniosa nem neutra. O passado torna-se espaço de conflito simbólico, no qual diferentes grupos disputam interpretações, legitimidades e usos sociais da História. O texto incorpora vozes diversas: historiadores profissionais, produtores culturais, consumidores de mídia histórica, comunidades de memória e instituições patrimoniais. A História Pública aparece, assim, como arena polifônica e não como simples extensão pedagógica da universidade.

No **cronotopo discursivo** (Bakhtin, 1988 [1975] e 2011 [1979]), o trecho situa a História em espaços sociais múltiplos e cotidianos. A “public

sphere” não corresponde apenas a museus ou arquivos, mas inclui televisão, cinema, turismo patrimonial, literatura histórica, internet, mercados culturais e práticas memoriais ordinárias. O tempo histórico também é resignificado: o passado não é um objeto distante a ser contemplado, mas algo permanentemente atualizado por consumo, performance e experiência social. A temporalidade histórica torna-se vivida e reiteradamente reencenada no presente.

Do ponto de vista da **valorização** (Volóchinov (2021 [1929-1930])), o excerto valoriza positivamente formas “não acadêmicas” de relação com o passado. Ao afirmar que “History is something that is experienced, consumed, practiced, and lived rather than merely studied”, de Groot critica implicitamente a redução da História ao estudo formal e erudito. O verbo “merely” reforça essa crítica, sugerindo que a investigação acadêmica, embora importante, é insuficiente para captar a totalidade da experiência histórica contemporânea. A História passa a incluir emoção, consumo cultural, práticas sociais e pertencimento identitário.

Em termos de refração ideológica, o texto emerge no início do século XXI, contexto marcado pela expansão das indústrias culturais, mídias digitais e mercantilização da memória, especialmente em United Kingdom e outros países ocidentais. Séries televisivas, games, turismo histórico e documentários transformaram o passado em produto de amplo consumo. O autor reflete criticamente esse cenário ao reconhecer tanto o potencial democratizador quanto as tensões entre mercado, entretenimento e rigor historiográfico.

O enunciado evidencia que os sentidos do passado nascem do encontro e choque entre vozes sociais heterogêneas. A verdade histórica não se encerra no discurso científico, mas circula entre

narrativas midiáticas, memórias coletivas, performances culturais e interpretações acadêmicas. O historiador deixa de ser guardião exclusivo do passado para atuar em meio a processos de negociação contínua. Por isso, a formulação de Jerome de Groot (2009) permanece relevante: ela compreende a História Pública como espaço vivo de experiência social, consumo cultural e disputa de significados sobre o passado.

Ludmilla Jordanova (2006) oferece uma reflexão sofisticada sobre a atuação dos historiadores na esfera pública ao enfatizar que ela envolve formas de representação dotadas de “special powers”. Jordanova (2006) sustenta que falar publicamente sobre o passado implica exercer poder simbólico, negociar autoridade e intervir em disputas sociais amplas.

*Os historiadores que trabalham na esfera pública estão engajados em formas de representação que possuem poderes especiais, em parte porque carregam a autoridade de uma disciplina acadêmica e em parte porque falam para milhões. [...] A relação entre os historiadores e seus públicos não é simples — ela é mediada, contestada e sempre política (JORDANOVA, 2006)<sup>9</sup>*

No plano da interação discursiva (Volóchinov, 2021 [1929-1930]), a autora destaca duas fontes centrais dessa autoridade: a legitimidade da disciplina acadêmica e a capacidade de alcançar audiências massivas. O historiador público fala respaldado por instituições científicas, títulos e métodos reconhecidos, mas também por meios

de comunicação que o conectam a “millions”. Essa dupla inscrição cria tensão constitutiva: a voz historiográfica é simultaneamente especializada e midiática. O texto dialoga, assim, com vozes da universidade, da imprensa, da televisão, da edição comercial e do público consumidor de narrativas históricas.

No **cronotopo discursivo** (Bakhtin, 1988 [1975] e 2011 [1979]), o trecho desloca a História para espaços ampliados de circulação social. A sala de aula e o artigo acadêmico deixam de ser os únicos lugares legítimos do saber histórico. Documentários, jornais, exposições, debates públicos, livros de grande circulação e mídias de massa tornam-se arenas decisivas. O tempo histórico também aparece atravessado pelo presente político: interpretações do passado são constantemente reativadas para responder a demandas contemporâneas, identidades coletivas e controvérsias públicas.

Jordanova (2006) evita tanto a celebração quanto o pessimismo absoluto. Ao reconhecer “special powers”, ela admite o potencial positivo da História pública para educar, informar e ampliar debates democráticos. Contudo, ao afirmar que a relação entre historiadores e públicos “is not simple”, introduz cautela crítica. A autoridade historiográfica não é natural nem incontestável; depende de mediações institucionais, confiança social e disputas interpretativas.

O enunciado evidencia que a produção histórica pública é atravessada por heteroglossia: vozes acadêmicas, midiáticas, políticas e populares se cruzam na construção do sentido do passado. A relação entre historiadores e públicos é “mediated, contested, and always political” porque nenhum discurso histórico circula em vazio social. Todo enunciado responde a interesses, expectativas e resistências.

Assim, a contribuição de Ludmilla Jordanova (2002) permanece central ao demonstrar que a História Pública não é simples comunicação do saber, mas exercício permanente de representação, poder e negociação democrática.

Liddington (2002) desloca o olhar para a materialidade pública do passado, isto é, para as formas pelas quais a História se torna visível no ambiente cotidiano e interpela diretamente os sujeitos sociais ao afirmar que: “A história pública é a história que está em exibição: ela é visível no ambiente ao nosso redor, seja na forma de edifícios tombados, museus, filmes ou eventos comemorativos. [...] É a história que se engaja com a mais ampla gama possível de pessoas” (LIDDINGTON, 2002, pp.83-93, tradução nossa).<sup>10</sup>

Em perspectiva dialógica, o enunciado responde às concepções restritas que localizavam a História principalmente nos livros, arquivos ou salas de aula. No plano da interação discursiva, a expressão “on display” é central, pois aproxima a História de práticas expositivas, curatorias e performáticas. O passado não aparece apenas como narrativa textual, mas como algo mostrado, encenado e experienciado. O enunciado incorpora vozes de arquitetos do patrimônio, curadores de museus, cineastas, organizadores de cerimônias públicas, gestores culturais e públicos visitantes. A História Pública surge, assim, **como campo em que múltiplos agentes constroem representações acessíveis e compartilhadas.**

No cronotopo discursivo (Bakhtin, 1988 [1975] e 2011 [1979]), o trecho enfatiza o espaço como categoria decisiva. “The environment around us” transforma cidades, praças, edifícios tombados, monumentos, museus e eventos comemorativos em suportes de memória. O passado é inscrito fisicamente na paisagem e

reencontrado no deslocamento cotidiano das pessoas. O tempo histórico, por sua vez, torna-se presentificado: ele se manifesta no agora por meio de vestígios materiais, encenações comemorativas e produtos audiovisuais que reativam narrativas pretéritas.

Liddington (2002) valoriza a amplitude do alcance social quando afirma que a História Pública “engages with the broadest possible range of people”. A democratização do acesso ocupa posição central. O conhecimento histórico deixa de ser patrimônio de círculos especializados e passa a buscar públicos diversos em idade, formação, classe e experiência cultural. Há, portanto, uma ética inclusiva da comunicação histórica.

O enunciado evidencia que a História Pública se realiza por múltiplos gêneros discursivos e semióticos: arquitetura, objetos museológicos, filmes, rituais comemorativos, placas memoriais e performances cívicas. O sentido do passado não circula apenas por palavras, mas por signos materiais e visuais que dialogam com diferentes públicos. Assim, a contribuição de Jill Liddington (2002) permanece relevante porque compreende a História Pública **como presença visível e socialmente compartilhada do passado no espaço comum.**

*Na Austrália, a prática da história pública surgiu da interseção entre a história social acadêmica e as demandas comunitárias por reconhecimento [...]. Trata-se, fundamentalmente, de disponibilizar habilidades históricas para as comunidades e envolver as comunidades na produção de suas próprias histórias. (Liddington, 2002) <sup>11</sup>*

Jill Liddington (2002) propõe uma definição espacial e sensorial da Public History ao afirmar que ela é “history that is on display”. O passado não aparece apenas como narrativa textual, mas como algo mostrado, encenado e experienciado. O enunciado incorpora vozes de arquitetos do patrimônio, curadores de museus, cineastas, organizadores de cerimônias públicas, gestores culturais e públicos visitantes. A História Pública surge, assim, como campo em que múltiplos agentes constroem representações acessíveis e compartilhadas.

No **cronotopo discursivo** (Bakhtin, 1988 [1975] e 2011 [1979]), o trecho enfatiza o espaço como categoria decisiva. “The environment around us” transforma cidades, praças, edifícios tombados, monumentos, museus e eventos comemorativos em suportes de memória. O passado é inscrito fisicamente na paisagem e reencontrado no deslocamento cotidiano das pessoas. O tempo histórico, por sua vez, torna-se presentificado: ele se manifesta no agora por meio de vestígios materiais, encenações comemorativas e produtos audiovisuais que reativam narrativas pretéritas.

Liddington (2003) valoriza a amplitude do alcance social quando afirma que a História Pública “engages with the broadest possible range of people”. A democratização do acesso ocupa posição central. O conhecimento histórico deixa de ser patrimônio de círculos especializados e passa a buscar públicos diversos em idade, formação, classe e experiência cultural. Há, portanto, uma ética inclusiva da comunicação histórica.

O enunciado evidencia que a História Pública se realiza por **múltiplos gêneros discursivos e semióticos**: arquitetura, objetos museológicos, filmes, rituais comemorativos, placas memoriais e performances cívicas. O sentido do passado não circula apenas por palavras, mas por signos materiais e visuais que dialogam com diferentes públicos. Assim, a contribuição de Jill Liddington (2003) permanece relevante porque compreende a História Pública **como presença visível e socialmente compartilhada do passado no espaço comum**.

Paula Hamilton e Paul Ashton (2003) apresenta uma formulação situada da Public History ao relacionar seu surgimento na Austrália à intersecção entre a história social acadêmica e demandas comunitárias por reconhecimento.

*Na Austrália, a prática da história pública surgiu da interseção entre a história social acadêmica e as demandas comunitárias por reconhecimento [...]. Trata-se, fundamentalmente, de disponibilizar habilidades históricas para as comunidades e envolver as comunidades na produção de suas próprias histórias. (HAMILTON, ASHTON, 2003).<sup>12</sup>*

O texto articula duas vozes centrais: a voz acadêmica da história social e a voz comunitária dos grupos que reivindicam visibilidade histórica. A expressão “intersection” indica que a História Pública nasce do contato entre saber especializado e experiência social organizada. Não se trata de simples transmissão unilateral do conhecimento universitário, mas de resposta às interpelações vindas da sociedade. O historiador aparece como interlocutor que compartilha técnicas de pesquisa, interpretação e documentação com comunidades interessadas em narrar a própria trajetória.

O trecho remete ao contexto australiano das últimas décadas do século XX, marcado por debates sobre identidade nacional, patrimônio local, imigração e reconhecimento de histórias marginalizadas, especialmente de povos Aborigem Australianos e outros grupos sub-representados. O espaço da História desloca-se da universidade para bairros, associações locais, arquivos comunitários, museus regionais e iniciativas de memória pública. O tempo histórico também se reconfigura: o passado torna-se recurso para reivindicações presentes de justiça simbólica e pertencimento.

Do ponto de vista **valorização** (Volóchinov (2021 [1929-1930])), o enunciado valoriza a democratização das competências historiográficas. Ao afirmar que a História Pública consiste em “making historical skills available to communities”, reconhece que métodos de pesquisa, crítica documental e narrativa histórica não devem permanecer restritos aos especialistas. Igualmente relevante é a ideia de envolver comunidades “in the production of their own histories”, que atribui legitimidade à autoria coletiva e à participação social na construção do conhecimento.

Em termos de refração ideológica, o texto expressa transformações intelectuais e políticas do início do século XXI, quando diferentes sociedades passaram a revisar narrativas nacionais centradas em elites e instituições estatais. Na Austrália, isso incluiu debates sobre colonialismo, reconciliação, multiculturalismo e patrimônio local. Hamilton e Ashton traduzem esse cenário ao conceber a “Public History” como instrumento de reconhecimento social e redistribuição simbólica da autoridade histórica.

Na perspectiva dialógica, o enunciado evidencia que o passado se torna inteligível por meio do encontro entre vozes heterogêneas: acadêmicos, comunidades locais, grupos indígenas, descendentes de migrantes e instituições culturais. O sentido histórico não é produto de consciência única, mas resultado de diálogo, tensão e coautoria. Por isso, a contribuição de Paula Hamilton e Paul Ashton (2003) permanece relevante ao demonstrar que a História Pública pode ser compreendida como prática de reconhecimento comunitário mediada por saberes historiográficos compartilhados.

## **5. CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados confirmam que a História Pública deve ser compreendida como campo polifônico, conforme a perspectiva dialógica adotada. Cada definição analisada responde a problemas históricos específicos: crise profissional nos Estados Unidos, cultura midiática no Reino Unido e demandas comunitárias na Austrália. Não há essência única do conceito, mas sucessivas respostas a contextos sociais concretos.

Sob a ótica de Bakhtin e Volóchinov, verifica-se que o signo “História Pública” reflete e refrata disputas sobre autoridade, memória e função social da historiografia. O historiador deixa de ser figura isolada e passa a atuar como mediador, curador, colaborador ou comunicador. A literatura também mostra deslocamento do monopólio acadêmico para formas mais abertas e compartilhadas de produção histórica.

Esses achados dialogam com estudos brasileiros recentes, que igualmente enfatizam democratização do conhecimento histórico, circulação digital e pluralização das vozes sociais. Assim, compreender a genealogia anglófona do campo contribui para interpretações críticas de sua recepção no Brasil.

Os resultados evidenciam que a História Pública, na tradição anglófona, constitui campo em permanente transformação. Dos anos 1970 aos anos 2020, o conceito expandiu-se da profissionalização do historiador para uma ecologia ampla de práticas colaborativas, midiáticas, comunitárias e digitais. Tal processo confirma que os sentidos da História Pública permanecem abertos, negociados e historicamente condicionados, exigindo abordagens comparativas e dialógicas para sua adequada compreensão. A principal contribuição teórica do estudo consiste

em apresentar leitura comparada e genealógica da tradição anglófona, evidenciando convergências e diferenças internas do campo. A principal contribuição prática reside em fornecer subsídios para pesquisadores, docentes, museólogos, arquivistas e agentes culturais interessados em desenvolver projetos de História Pública críticos e socialmente relevantes.

Reconhece-se como limitação do trabalho o recorte concentrado em três países da tradição anglófona e em autores mais consolidados, sem aprofundar experiências periféricas ou produções recentes de menor circulação internacional. Sugere-se, para pesquisas futuras, ampliar a comparação para contextos latino-americanos, africanos e asiáticos, bem como investigar os impactos das plataformas digitais, da inteligência artificial e das novas disputas de memória sobre os rumos contemporâneos da História Pública.

A **História Pública**, em definição integradora da tradição anglófona (Estados Unidos, Reino Unido e Austrália), pode ser compreendida como **campo interdisciplinar de teoria e prática histórica voltado à produção, mediação, circulação e disputa social dos sentidos do passado para e com os públicos, para além dos limites exclusivos da universidade**. Surgida inicialmente como resposta à ampliação profissional do historiador em espaços como governos, museus, arquivos, empresas e mídia (Kelley, 1978), ela evoluiu para incorporar a crítica sobre **quem fala, para quem se fala e quais vozes permanecem silenciadas** (Grele, 1981). Posteriormente, consolidou a noção de **autoridade compartilhada**, segundo a qual historiadores e comunidades constroem conjuntamente interpretações históricas (Frisch, 1990), reconhecendo que o público já mobiliza o passado em memórias familiares, identidades locais e

experiências cotidianas (Rosenzweig; Thelen, 1998). No contexto britânico, enfatizou-se a História como **experiência pública vivida, consumida e representada** em museus, patrimônio, cinema, televisão e cultura midiática (Liddington, 2002; Jordanova, 2006; De Groot, 2009). Na Austrália, destacou-se seu papel democrático de reconhecimento social, ao colocar competências historiográficas a serviço das comunidades e envolvê-las na produção de suas próprias histórias (Hamilton; Ashton, 2003). Em síntese, a História Pública articula **profissão, participação, comunicação, memória, mediação cultural e justiça histórica**, transformando o passado em espaço plural de diálogo entre especialistas e sociedade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

(ABNT NBR 6023:2025 – ordem alfabética, alinhadas à esquerda, espaçamento simples)

AIPH – ASSOCIAZIONE ITALIANA DI PUBLIC HISTORY. **Manifesto della Public History Italiana**. 2016/2018, rev. 2023. Disponível em: <https://aiph.hypotheses.org/3193>. Acesso em: 27 abr. 2026.

ALMEIDA, Juniele Rabelo de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (org.). **Introdução à História Pública**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

BEMONG, Nele; BORGHART, Pieter. **A teoria bakhtiniana do cronotopo literário: reflexões, aplicações, perspectivas**. In: BEMONG, Nele et al. (org.). *Bakhtin e o cronotopo: reflexões, aplicações, perspectivas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 16-33.

BORGES, Viviane Trindade. **Como a história pública pode contribuir para a preservação dos patrimônios difíceis?** In: MAUAD, Ana Maria; SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane Trindade (org.). *Que história pública queremos?* São Paulo: Letra e Voz, 2018.

CATTARUZZA, Alejandro. **Los usos del pasado: la historia y la política argentinas en discusión, 1910-1945.** Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

CAUVIN, Thomas. **Public History: a textbook of practice.** 2. ed. New York: Routledge, 2022. DOI: 10.4324/9781003045335.

CUESTA BUSTILLO, Josefina. **La historia del tiempo presente: estado de la cuestión.** *Studia Historica. Historia Contemporánea*, n. 1, p. 227-241, 1983.

DE GROOT, Jerome. **Consuming history: historians and heritage in contemporary popular culture.** London: Routledge, 2009.

FLORESCANO, Enrique. **La función social de la historia.** México: Fondo de Cultura Económica, 2012.

FRISCH, Michael. **A shared authority: essays on the craft and meaning of oral and public history.** Albany: SUNY Press, 1990.

GALLERANO, Nicola (org.). **L'uso pubblico della storia.** Milano: Franco Angeli, 1995.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. **A metalinguística: por uma ciência dialógica da linguagem.** *Horizontes*, v. 24, n. 2, p. 121-128, jul./dez. 2006.

HAMILTON, Paula; ASHTON, Paul (org.). **Australians and the Past. Australian Cultural History**, special issue, 2003.

JORDANOVA, Ludmilla. **History in practice**. London: Hodder Arnold, 2006.

KELLEY, Robert. **Public History: its origins, nature, and prospects. The Public Historian**, v. 1, n. 1, p. 16-28, 1978.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. **Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. 255-273, 2014.

NA LI. **Seeing history: public history in China**. Berlin: De Gruyter, 2023.

NCPH – NATIONAL COUNCIL ON PUBLIC HISTORY. **Public History Defined. Perspectives on History**, jun. 2007. Disponível em: <https://ncph.org/what-is-public-history/about-the-field/>. Acesso em: 27 abr. 2026.

NICOLAZZI, Fernando. **Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública**. História Hoje, v. 8, n. 15, p. 203-228, 2019.

SANTANA, Wilder Kleber Fernandes de. **Heterodiscursividade e axiologia no primeiro capítulo do Cântico dos Cânticos**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE LITERATURA POPULAR, 2017, João Pessoa. Anais [...] João Pessoa: Mídia Editora, 2017. p. 6-247.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na**

<sup>1</sup> Advogado, Especialista em Direito Tributário pela FIC/PR, campus Curitiba, Especialista em Direito Aplicado pela EMAP/PR, campus de Curitiba, MBA em Digital Business pela USP/Esalq, Campus Piracicaba, Mestre PPGSeD – Unespar, Campus Campo Mourão, mestrando em História Pública PPGHP – Unespar, Campus Campo Mourão. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

<sup>2</sup> In its simplest meaning, Public History refers to the employment of historians and the historical method outside of academia: in government, private corporations, the media, historical societies and museums, even in private practice. Public Historians are at work whenever, in their professional capacity, they are part of the public process. (KELLEY, 1978, pp.16-28).

<sup>3</sup> Whose public? Whose history? What is the goal of a public historian? [...] to help people write, create, and understand their own history. [...] From its earliest times, the study of history has been a public act, although different historians at different times have had different publics. GRELE, 1981, pp.40-48.

<sup>4</sup> Shared authority is the idea that history-making is most meaningful, powerful, and effective when it happens together, when it happens in an active dialogue between people with different kinds of historical knowledge, between the historian and the people she is studying (FRISCH, 1990).

<sup>5</sup> [Public history involves] approaches to history-making that privilege dialogue, collaborative process, and the democratic

circulation of historical knowledge, that refuse to see history as the property of credentialed specialists (FRISCH, 1990).

<sup>6</sup> Americans use the past to make sense of the present. They turn to the past as a way of grappling with profound questions about how to live their lives. [...] Most Americans already feel a powerful connection to the past - not the historical past as it tends to be presented in schools, but the personal past, their family stories, their communities. (ROSENZWEIG; THELEN, 1998).

<sup>7</sup> Public history is a movement, methodology, and approach that promotes the collaborative study and practice of history; its practitioners embrace a mission to make their special insights accessible and useful to the public. (NCPH Board of Directors. Public History Defined. NCPH Annual Meeting, Santa Fe, abril 2007. URL: [ncph.org/what-is-public-history/about-the-field/](http://ncph.org/what-is-public-history/about-the-field/)).

<sup>8</sup> Public history might be thought of as the complex series of negotiations, interventions, and contestations that take place between academic history and those who are interested in the past in the public sphere. [...] History is something that is experienced, consumed, practiced, and lived rather than merely studied. (DE GROOT, 2009).

<sup>9</sup> Historians who work in the public sphere are engaged in forms of representation that have special powers, partly because they carry the authority of a scholarly discipline and partly because they speak to millions. [...] The relationship between historians and their publics is not simple - it is mediated, contested, and always political. (JORDANOVA, 2006).

<sup>10</sup> Public history is history that is on display: it is visible in the environment around us, whether in the form of listed buildings, museums, films, or commemorative events. [...] It is history that engages with the broadest possible range of people. (LIDDINGTON, 2002, pp.83-93).

<sup>11</sup> In Australia, the practice of public history emerged from the intersection of academic social history and community demands for recognition [...]. It is fundamentally about making historical skills available to communities and involving communities in the production of their own histories. (HAMILTON, ASHTON, 2003).

<sup>12</sup> In Australia, the practice of public history emerged from the intersection of academic social history and community demands for recognition [...]. It is fundamentally about making historical skills available to communities and involving communities in the production of their own histories. (HAMILTON, ASHTON, 2003).